

O FINANCIAMENTO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE**Walter Belik**

Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador visitante no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. *E-mail*: belik@eco.unicamp.br. O autor agradece o apoio do doutorando Thales Augusto Medeiros Penha na preparação dos dados, assim como a revisão criteriosa do Ipea.

O estudo analisa o extraordinário desempenho da agropecuária a partir de meados da década de 2000. Discute-se o dinamismo do setor agropecuário em um período no qual a agropecuária se expandiu rapidamente, principalmente no que se refere ao mercado externo, muito embora o câmbio tenha sido desfavorável. Da mesma forma, apesar da elevação e enorme volatilidade dos preços internacionais, não houve nenhuma crise de desabastecimento e os preços internos se mantiveram relativamente estáveis. Nesse sentido, o presente estudo analisou o comportamento da agropecuária na última década e a atuação do principal instrumento de política setorial: o crédito rural. Em especial, destacou-se a evolução do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – e as alternativas de financiamento para esse segmento de produtores.

Desde o seu início, com a criação da Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial (Creai) do Banco do Brasil em 1937, o crédito rural (oficial) sofreu inúmeras transformações decorrentes das mudanças de orientação da política agrícola. Analisando-se o período recente, observa-se que vem se dando mais uma importante transformação no crédito rural. Essa nova mudança está ligada aos movimentos mais gerais de política monetária que estabeleceram um novo patamar para a taxa de juros “de mercado” e também a intensificação do lançamento de novos papéis para o financiamento privado da produção. Esses dois elementos têm permitido a ampliação da presença dos bancos privados no crédito rural, mais além da utilização de recursos obrigatórios, e do financiamento com recursos externos. Em termos regionais também ocorreram mudanças, houve uma desconcentração com o aumento expressivo da participação da região Centro-Oeste. Finalmente, quanto ao perfil do agricultor beneficiário do crédito rural observa-se um ligeiro crescimento da agricultura familiar.

O volume de crédito rural colocado à disposição dos produtores ainda é reduzido em relação às suas necessidades e ademais se distribui de uma forma

desigual e seletiva. Pequenos produtores, agricultores sem terra e outros grupos pouco articulados têm dificuldades no acesso ao crédito – principalmente para investimento e comercialização. Essas dificuldades explicam o crescimento de instrumentos exclusivos de financiamento a grupos mais fragilizados de agricultores, como é o caso do Pronaf. No que toca a comercialização, vale mencionar o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo.

Para o melhor funcionamento desse novo marco do crédito rural, algumas ações de política pública, que já foram apontadas ao longo do texto poderão ser adotadas. Entre essas podemos citar o aperfeiçoamento do sistema de seguro agropecuário, uma atenção maior aos novos mecanismos de financiamento privado por meio de apoio indireto, como a maior disponibilidade e barateamento de recursos para o aval, criação de novas linhas de crédito para armazenamento e comercialização, entre outras.

O Brasil deu um passo importante ao delimitar um sistema de crédito para a agricultura familiar em 1996. Com isso houve o reconhecimento de que a agricultura familiar não era uma agricultura em pequena escala. Mesmo assim, algumas recomendações para a política pública voltada à agricultura familiar podem ser alinhavadas.

- 1) É necessário corrigir as anomalias observadas na distribuição do crédito rural para a agricultura familiar tanto em termos regionais como entre os vários tipos de produção.
- 2) Os créditos para comercialização e manutenção de moradia são fundamentais para a preservação da unidade familiar, representando papel acessório na geração de rendas, portanto, diferentemente da agricultura empresarial, a distribuição dos créditos para as diferentes modalidades deve buscar um reequilíbrio por parte dos gestores.

- 3) Deve-se perseguir uma diferenciação ainda maior nas taxas de juros, rebates e garantias para os produtores, respondendo às necessidades de ampliar a participação de diferentes culturas e criações em todo o território nacional.

Por último seria importante reforçar que uma política para a agricultura familiar não se faz unicamente com financiamentos, muito embora esse seja o combustível mais importante para o seu desenvolvimento. Porém, o crédito desacompanhado de assistência técnica, seguro rural e um sistema de comercialização, não resulta na melhoria da unidade de produção familiar e no desenvolvimento rural dos territórios e localidades.

SUMÁRIO EXECUTIVO